

TCU comprova aplicação de recursos

As subvenções sociais recebidas pelas entidades controladas pelo deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) foram desviadas para aplicações no mercado financeiro, constatou a auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Receita Federal a pedido da CPI do Orçamento. As entidades não prestaram contas dos rendimentos financeiros obtidos com essas aplicações irregulares, verificaram os auditores. Se os cerca de US\$ 15 milhões recebidos pelas entidades de 1989 a 1992 tiverem sido integralmente aplicados no mercado financeiro, o lucro obtido por Raunheitti graças às subvenções sociais pode ter chegado a US\$ 4,7 milhões, segundo um cálculo preliminar feito

pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Em seu depoimento ontem à CPI, o deputado fluminense fugiu das perguntas sobre a destinação dos recursos obtidos com a aplicação das subvenções. Em todas as ocasiões em que foi questionado sobre a falta de prestação de contas das aplicações financeiras, Raunheitti alegou não ter conhecimento do assunto, por estar desligado formalmente das suas entidades desde 1987, quando assumiu o seu mandato na Câmara. “Essa falta de explicações é uma confissão de culpa”, interpretou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). “Essa desculpa de desconhecimento foi a mesma estratégia usada pelo su-

plente de deputado Feres Nader, sem convencer ninguém”, constatou o relator Roberto Magalhães (PFL-PE).

Desvio — O desvio das subvenções para aplicações no mercado financeiro foi, no entanto, apenas uma das irregularidades constatadas pela auditoria em visita a cinco das 11 entidades controladas por Raunheitti e seus familiares. Uma das entidades, a Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Mesquita, que recebeu US\$ 1,1 milhão dos Ministérios do Bem-Estar Social e da Educação, está desativada. Na sede da sociedade foram apreendidas pelos fiscais notas frias de empresas inexistentes e sem registro no Ministério da Fazenda.